



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Acompanhamento dos vários casos de despedimento sem justa causa de residentes durante a epidemia; divulgação do relatório de investigação sobre os despedimentos de um grande número de docentes do ensino superior; e protecção dos direitos e interesses de emprego dos residentes locais

O nosso gabinete tem recebido muitos pedidos de apoio de residentes, afirmando que está a ser muito difícil encontrar um emprego durante a situação pandémica, nomeadamente, nos últimos dois anos, com o mercado de trabalho a ser gravemente afectado pela pandemia da COVID-19. Actualmente, nem os residentes com habilitações literárias elevadas conseguem encontrar emprego e, de acordo com os dados estatísticos fornecidos pela Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais (DSAL) sobre o “Número de trabalhadores não residentes por ramo de actividade económica e por país/território de emissão de documento de identificação”, até ao final de Novembro de 2021, existiam em Macau 170 911 trabalhadores não residentes. Este elevado número de trabalhadores não residentes não só reduz as oportunidades de acesso ao emprego dos residentes de Macau, como ainda reduz, de forma indirecta, o salário dos trabalhadores locais.

No dia 2 de Dezembro de 2021, decorreu, no Salão Comemorativo do Centenário de Nossa Senhora de Fátima, a Cerimónia Comemorativa do 25.º Aniversário da Universidade de São José. No início deste ano, recebemos mais de uma dezena de pedidos de ajuda de docentes da Universidade de São José, que alegam terem sido despedidos sem justa causa, devido à epidemia. Os referidos docentes são residentes de Macau e possuem habilitações académicas de nível superior (doutoramento), entre os quais, foi despedido um casal que trabalhava no



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

mesmo departamento, o que acarretou muita pressão aos dois, porque têm despesas fixas.

De acordo com os diálogos que tivemos com o reitor da Universidade de São José, ficámos a saber que a universidade despediu os residentes em causa devido a uma reforma interna do departamento, mas, de acordo com as nossas informações, após o despedimento desses docentes, a escola contratou, de imediato, docentes na Europa para preencher as respectivas vagas. Chegámos a informar a Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais (DSAL) e a Direcção dos Serviços de Educação e de Desenvolvimento da Juventude (DSEDJ) sobre o caso, mas o assunto “caiu em saco roto”, pois não tivemos mais informações ou explicações sobre o sucedido, e os docentes em causa alegam que, em situação pandémica onde as condições para encontrarem emprego são difíceis, a universidade não devia poder despedi-los a seu bel-prazer, desde que lhes pague uma indemnização.

Há cada vez mais estudantes que estão prestes a concluir os seus cursos de licenciatura, mas, face à fraca perspectiva de emprego no mercado de Macau, optam por prosseguir os seus estudos, prolongando o tempo de estudo para que o mercado de trabalho de Macau recupere. O âmbito de financiamento das bolsas de mérito e de estudo do ano lectivo de 2021/2022 foi alargado para cursos de doutoramento, o que reflecte a consciência do Governo sobre a realidade social de Macau, e isso prova, indirectamente, que está a ser difícil a sociedade fornecer postos de trabalho suficientes para os estudantes que concluíram os seus estudos recentemente.

Assim sendo, interpelo o Governo, solicitando, que me sejam dadas respostas, de uma forma clara, precisa, coerente, completa e em tempo útil, sobre o seguinte:



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

1. Quanto aos mais de 10 docentes locais que foram despedidos sem justa causa pela referida universidade alegando reforma interna do departamento, as entidades competentes (DSEDJ e a DSAL) abriram algum processo para averiguar a razoabilidade desse despedimento? Em caso afirmativo, qual foi a conclusão a que se chegou?
2. A Universidade de São José tem vindo a receber, desde 2015, avultados apoios financeiros do Governo da RAEM (mais de 500 milhões de patacas), e esses apoios têm como objectivo elevar o nível e a qualidade dos estudantes de ensino superior de Macau. Esses apoios não devem ser aplicados na contratação de docentes da Europa e dos Estados Unidos, nem servir para captar estudantes do Interior da China, pois isso vai arruinar as oportunidades dos docentes e estudantes de Macau. O Governo da RAEM deve definir mais limitações para a contratação de trabalhadores não residentes, com vista a resolver os problemas de despedimento sem justa causa dos residentes, e disponibilizar a estes residentes mais oportunidades de educação e de emprego na Universidade de São José. Vai fazê-lo?

27 de Janeiro de 2022

**O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,
Che Sai Wang**